

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO: PERNAMBUCO
MUNICÍPIO: CHA DE ALEGRIA

Relatório Anual de Gestão

2018

ANDRELLY CAROLINE MORAIS DE LIRA MASSENA
Secretário(a) de Saúde

Sumário

1. Identificação

- 1.1. Informações Territoriais
- 1.2. Secretaria de Saúde
- 1.3. Informações da Gestão
- 1.4. Fundo de Saúde
- 1.5. Plano de Saúde
- 1.6. Informações sobre Regionalização
- 1.7. Conselho de Saúde
- 1.8. Casa Legislativa

2. Introdução

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- 3.1. População estimada por sexo e faixa etária
- 3.2. Nascidos Vivos
- 3.3. Principais causas de internação
- 3.4. Mortalidade por grupos de causas

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

- 4.1. Produção de Atenção Básica
- 4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos
- 4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização
- 4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos
- 4.5. Produção de Assistência Farmacêutica
- 4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- 5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão
- 5.2. Por natureza jurídica
- 5.3. Consórcios em saúde

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

7. Programação Anual de Saúde - PAS

- 7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

9. Execução Orçamentária e Financeira

- 9.1. Execução da programação por fonte, subfunção e natureza da despesa
- 9.2. Indicadores financeiros
- 9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
- 9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

10. Auditorias

11. Análises e Considerações Gerais

12. Recomendações para o Próximo Exercício

1. Identificação

1.1. Informações Territoriais

UF	PE
Município	CHÃ DE ALEGRIA
Região de Saúde	Recife
Área	48,45 Km²
População	13.428 Hab
Densidade Populacional	278 Hab/Km²

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 13/08/2021

1 .2. Secretaria de Saúde

Nome do Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CHA DE ALEGRIA
Número CNES	2315173
CNPJ	A informação não foi identificada na base de dados
CNPJ da Mantenedora	11049798000182
Endereço	RUA DOM AGOSTINHO IKAS 257
Email	A informação não foi identificada na base de dados
Telefone	(81) 3581-1406

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 13/08/2021

1 .3. Informações da Gestão

Prefeito(a)	TARCISO MASSENA PEREIRA DA SILVA
Secretário(a) de Saúde em Exercício	ANDRELLY CAROLINE MORAIS DE LIRA MASSENA
E-mail secretário(a)	saude@chadealegria.pe.gov.br
Telefone secretário(a)	8135811507

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 13/08/2021

1.4. Fundo de Saúde

Instrumento de criação	LEI
Data de criação	10/1991
CNPJ	12.397.007/0001-78

Natureza Jurídica	FUNDO PUBLICO DA ADMINISTRACAO DIRETA MUNICIPAL
Nome do Gestor do Fundo	MARIA JOSÉ DE MASSENA

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 13/08/2021

1.5. Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde	2018-2021
Status do Plano	Aprovado

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 17/05/2022

1.6. Informações sobre Regionalização

Região de Saúde: Recife

Município	Área (Km²)	População (Hab)	Densidade
ABREU E LIMA	125.991	100346	796,45
ARAÇOIABA	96.381	20733	215,12
CABO DE SANTO AGOSTINHO	447.875	208944	466,52
CAMARAGIBE	55.083	158899	2.884,72
CHÃ DE ALEGRIA	48.453	13556	279,78
CHÃ GRANDE	70.192	21815	310,79
FERNANDO DE NORONHA	16.987	3101	182,55
GLÓRIA DO GOITÁ	231.185	30751	133,01
IGARASSU	305.565	118370	387,38
ILHA DE ITAMARACÁ	65.411	26672	407,76
IPOJUCA	527.317	97669	185,22
ITAPISSUMA	74.249	26900	362,29
JABOATÃO DOS GUARARAPES	256.073	706867	2.760,41
MORENO	195.603	63294	323,58
OLINDA	43.548	393115	9.027,17
PAULISTA	93.518	334376	3.575,53
POMBOS	207.656	27148	130,74
RECIFE	217.494	1653461	7.602,33
SÃO LOURENÇO DA MATA	264.346	114079	431,55
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	371.796	139583	375,43

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Ano de referência: 2021

1.7. Conselho de Saúde

Instrumento Legal de Criação	LEI	
Endereço	RUA DOM AGOSTINHO IKAS 0 CENTRO	
E-mail	PMCHADEALEGRIA@YAHOO.COM.BR	
Telefone	8188012959	
Nome do Presidente	MARIA ISA HONORIO DA SILVA	
Número de conselheiros por segmento	Usuários	17
	Governo	3
	Trabalhadores	5
	Prestadores	0

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Ano de referência: 201806

1.8. Casa Legislativa

1º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

17/09/2018



2º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

17/09/2018



3º RDQA

Data de Apresentação na Casa Legislativa

17/09/2018



• Considerações

Antigamente as terras onde hoje se localiza Chã de Alegria pertenciam a Olinda. Uma neta de Duarte Coelho Pereira doou ao preto David Pereira do Rosário na segunda metade do século XVIII. Naquela época era uma grande parte da mata virgem. David Pereira do Rosário fixou residência em Lagoa Grande. Depois este patrimônio passou a pertencer aos pretos de Cocovardo. Os pretos Corcovado iniciaram a exploração do território, construindo diversas casas de taipa, uma pequena casa de oração, iniciando assim o povoamento de uma "Chã" com poucas casas, porém muito alegre, vindo aí o nome adotado até hoje: Chã de Alegria, cujo gentílico de quem nasce lá é alegriense. Ainda hoje existindo uma propriedade denominada com o título de Timbó dos Negros, depois sendo doada a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário. As primeiras casas de Chã de Alegria tiveram sua formação inicial na atual rua do Rosário lá pelo ano de 1842. Passou a ser distrito de Glória do Goitá, quando Glória passou a ser município no dia 9 de julho de 1877. Elevou-se a categoria de vila através do ato nº 35 do decreto nº06 de 12 de janeiro de 1931. Elevou-se a categoria de cidade do Estado de Pernambuco através da Lei nº 4985, de 20 de dezembro de 1963. Este último evento ocorreu no governo do Sr. Miguel Arraes de Alencar, sendo seu primeiro prefeito nomeado Vicente Pereira de Queiroz, que governou um ano e três meses.

A principal via de acesso se dá pela PE-040, rodovia estadual com 21 km de extensão que conecta em seus extremos a BR-408 (Paudalho) até a PE-050 (Glória do Goitá).

2. Introdução

- Análises e Considerações sobre Introdução

Conforme preconizado por meio da Portaria de Consolidação GM/MS Nº 01, de 28 de setembro de 2017, que dispõe acerca da consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, especificamente em seu Art. 99, onde se lê: “O Relatório de Gestão é o instrumento de gestão com elaboração anual que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde - PAS e orientam eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano de Saúde”, a Secretaria Municipal de Chã de Alegria disponibiliza os resultados alcançados no exercício de 2018, atendendo a estrutura prevista no referido Artigo, na forma que segue:

§ 1º O Relatório de Gestão contemplará os seguintes itens:

I - as diretrizes, objetivos e indicadores do Plano de Saúde;

II - as metas da PAS previstas e executadas;

III - a análise da execução orçamentária; e

IV - as recomendações necessárias, incluindo eventuais redirecionamentos do Plano de Saúde

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

3.1. População estimada por sexo e faixa etária

Período: 2018

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	526	502	1028
5 a 9 anos	537	475	1012
10 a 14 anos	577	485	1062
15 a 19 anos	593	555	1148
20 a 29 anos	1133	1185	2318
30 a 39 anos	1037	1184	2221
40 a 49 anos	799	942	1741
50 a 59 anos	592	683	1275
60 a 69 anos	396	501	897
70 a 79 anos	221	286	507
80 anos e mais	93	126	219
Total	6504	6924	13428

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE (DataSUS/Tabnet)

Data da consulta: 13/08/2021.

3.2. Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

Unidade Federação	2014	2015	2016	2017	2018
Chã de Alegria	216	233	212	225	196

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)

Data da consulta: 13/08/2021.

3.3. Principais causas de internação

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2014	2015	2016	2017	2018
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	39	49	44	44	64
II. Neoplasias (tumores)	32	50	60	44	61
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	4	2	3	8	7
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	10	10	3	16	20
V. Transtornos mentais e comportamentais	9	15	8	8	3

Capítulo CID-10	2014	2015	2016	2017	2018
VI. Doenças do sistema nervoso	13	17	26	26	39
VII. Doenças do olho e anexos	3	4	3	5	1
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	1	-	-	1	1
IX. Doenças do aparelho circulatório	62	78	78	91	77
X. Doenças do aparelho respiratório	42	41	34	59	63
XI. Doenças do aparelho digestivo	101	53	79	60	91
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	18	21	23	28	33
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	16	6	22	14	18
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	28	41	31	46	48
XV. Gravidez parto e puerpério	213	217	181	200	180
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	28	20	31	36	21
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	9	13	10	18	12
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	21	13	13	18	19
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	73	52	85	103	87
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	10	5	17	22	15
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
Total	732	707	751	847	860

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 13/08/2021.

Obs.: A atualização dos valores relativos ao último período ocorrem simultaneamente ao carregamento dos dados no Tabnet/DATASUS.

3.4. Mortalidade por grupos de causas

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10

Capítulo CID-10	2014	2015	2016	2017	2018
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	6	-	7	3	3
II. Neoplasias (tumores)	4	8	11	6	10
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	1	-	-	-	1
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	11	7	11	2	6
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	1	1	2
VI. Doenças do sistema nervoso	1	1	2	2	3
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	-
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	25	27	28	20	21

Capítulo CID-10	2014	2015	2016	2017	2018
X. Doenças do aparelho respiratório	15	13	8	13	10
XI. Doenças do aparelho digestivo	1	4	5	3	3
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-	-	-
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-	-	-
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	1	2	3	2	3
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	-	-	-
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	1	2	1	1	-
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	-	1	2	1	1
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	2	4	12	8
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	5	4	5	14	9
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-	-	-
XXII. Códigos para propósitos especiais	-	-	-	-	-
Total	71	71	88	80	80

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET)

Data da consulta: 13/08/2021.

• Análises e Considerações sobre Dados Demográficos e de Morbimortalidade

Localiza-se a uma latitude 08°00'04" sul e a uma longitude 35°12'46" oeste, estando a uma altitude de 160 metros. Chã de Alegria limita-se ao norte com Paudalho, ao sul com Vitória de Santo Antão, a leste com São Lourenço da Mata e a oeste com Glória do Goitá. Possui uma área de 58,299 km² e densidade demográfica: 185,21 hab/km².

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é composto de indicadores da população, educação, habitação, saúde, trabalho, renda e vulnerabilidade. No ano de 2010, o IDH municipal foi de 0,604

Ao avaliar a população de Chã de Alegria, segundo sexo e faixa etária (estimativa Ministério da Saúde) observa-se que 51,6% da população pertencem ao sexo feminino, enquanto 48,4% são do sexo masculino. No entanto, quando avaliado por faixa etária, observa-se que a maior frequência de mulheres na população inicia na faixa de 20 a 29 anos. Analisando a série de 2014 a 2018 percebe-se tendência moderada de redução do número de nascidos vivos em Chã de Alegria, sendo a maior queda no ano de 2018. Destes nascimentos vale destacar: a redução no percentual de partos cesáreos, apenas em 2015 com um percentual maior de 51% ; De residentes de Chã de Alegria, no ano de 2018, foram realizadas 860 internações vinculadas ao SUS (serviços próprios e contratados), sendo a maioria delas relacionada à gravidez, parto e puerpério (20,9%)

Em 2018, ao destacar as principais causas de internações segundo CID 10, excluindo as ocorridas por gravidez, parto e puerpério, observa-se o grupo de causas do Aparelho Digestivo, 10,5%; Causas Externas, 10,1%; Doenças do Aparelho Circulatório, 8,9%; Doenças Infecciosas, 7,4%, Doenças do Aparelho Respiratório, 7,3% e as Neoplasias, 7,1%.

Entre os óbitos ocorridos entre residentes de Chã de Alegria, observa-se que as causas codificadas no capítulo IX Doenças do aparelho circulatório foram as mais frequentes no ano de 2018, 26,2%. Os óbitos com causas codificadas no capítulo XX Causas externas de morbidade e mortalidade 11,2%; Doenças do Aparelho Respiratório, 12,5% e II - Neoplasias: 12,5%.

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

4.1. Produção de Atenção Básica

Tipo de Produção	Quantidade
Visita Domiciliar	54.977
Atendimento Individual	22.194
Procedimento	8.706
Atendimento Odontológico	6.223

Fonte: Sistema de informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB

4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	-	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	-	-	-	-
03 Procedimentos clínicos	-	-	4	2026,40
04 Procedimentos cirúrgicos	-	-	-	-
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	-	-	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	-	-	-	-
Total	-	-	4	2026,40

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 13/08/2021.

4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Não há informações cadastradas para o período

4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	1536	260,00	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	47154	193978,24	-	-
03 Procedimentos clínicos	71096	434442,64	4	2026,40
04 Procedimentos cirúrgicos	362	-	-	-
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	508	76200,00	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	154	762,30	-	-
Total	120810	705643,18	4	2026,40

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 13/08/2021.

4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

Esse item refere-se ao componente especializado da assistência farmacêutica, sob gestão da esfera estadual. Portanto, não há produção sob gestão municipal.

4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Financiamento: Vigilância em Saúde

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	153	260,00
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	25	-
Total	178	260,00

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Data da consulta: 13/08/2021.

• Análises e Considerações sobre Dados da Produção de Serviços no SUS

Importante destacar que desde a publicação da Portaria N.º 2.148, de 28 de agosto de 2017, ficou estabelecido o início do envio de dados de serviços da Atenção Básica para o Conjunto Mínimo de Dados (CMD) e encerrou o envio de dados para o Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), quando a maior parte da produção desta complexidade passou a ser registrada apenas através do E-SUS/AB e não sendo mais informada no Sistema de Informação Ambulatorial e SIA, desde a competência agosto/2017. Assim, recomenda-se que esta avaliação não seja limitada aos dados registrados no SIA, mas também considere a base de dados do E-SUS/AB. 4.2 - Em relação ao caráter de atendimento, na urgência, os procedimentos clínicos tiveram um maior registro. Quanto ao item 4.4 - Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar, o maior volume de produção concentra-se também no grupo de procedimentos clínicos. 4.5 - O registro da Assistência Farmacêutica considerou o componente especializado da Assistência Farmacêutica. 4.6 - Já em relação às ações de Vigilância à saúde os esforços são naturalmente concentrados na promoção e prevenção à saúde

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão

Período 12/2018

Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos				
Tipo de Estabelecimento	Dupla	Estadual	Municipal	Total
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	0	0	1	1
FARMACIA	0	0	1	1
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	0	0	6	6
UNIDADE MISTA	0	0	1	1
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	0	0	1	1
CENTRO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA	0	0	1	1
Total	0	0	11	11

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 13/08/2021.

5.2. Por natureza jurídica

Período 12/2018

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica				
Natureza Jurídica	Municipal	Estadual	Dupla	Total
ADMINISTRACAO PUBLICA				
MUNICIPIO	11	0	0	11
PESSOAS FISICAS				
Total	11	0	0	11

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 13/08/2021.

5.3. Consórcios em saúde

O ente não está vinculado a consórcio público em saúde

- Análises e Considerações sobre Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

No que diz respeito à rede física total de Chã de Alegria os estabelecimentos sob gestão municipal são a totalidade, predominando o cadastro do Tipo 2 Centro de Saúde/Unidade Básica. Temos na rede Hospitalar uma Unidade Mista.

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

Período 01/2018

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	0	0	0	7	1
	Intermediados por outra entidade (08)	1	0	0	0	0
	Autônomos (0209, 0210)	0	0	0	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	0	0
	Celetistas (0105)	0	0	0	0	0
	Autônomos (0209, 0210)	0	0	0	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	0	0	0

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	18	4	15	38	25
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	0	0	0	0	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 28/10/2022.

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação					
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2014	2015	2016	2017
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	3	3	7	8
	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	1

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão					
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2014	2015	2016	2017

Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	0	108	78	92
---------------------------------------	---	---	-----	----	----

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 28/10/2022.

- **Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS**

Identificamos no presente quadro que 100% das ocupações de trabalho são da rede pública e que quase na sua totalidade são contratos temporários ou cargo em comissão.

7. Programação Anual de Saúde - PAS

7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

DIRETRIZ Nº 1 - GARANTIA DO ACESSO DA POPULAÇÃO E SERVIÇOS DE QUALIDADE, COM EQUIDADE E EM TEMPO ADEQUADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE SAÚDE, MEDIANTE APRIMORAMENTO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO BÁSICA E DA ATENÇÃO E ESPECIALIZADA

OBJETIVO Nº 1.1 - Utilização de mecanismo que propiciem a ampliação do acesso da atenção básica

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada
1. Expandir, reestruturar e qualificar a rede primária de saúde	Unidades estruturadas	Percentual	2017	50,00	100,00	50	Percentual	50	100,00

OBJETIVO Nº 1.2 - garantia acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da saúde bucal.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada
1. garantia acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da saúde bucal.	Unidades estruturadas	Percentual	2017	50,00	100,00	100	Percentual	80	80,00

OBJETIVO Nº 1.3 - garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da política da atenção especializada

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada
1. Ampliar e qualificar a rede especializada de saúde, garantindo a oferta de consultas e exames especializados de forma descentralizada e resolutiva	% de exames e consultas especializadas	Percentual	2017	50,00	100,00	50	Percentual	50	100,00

DIRETRIZ Nº 2 - APRIMORAMENTO DA REDE DE ATENÇÃO AS URGÊNCIAS, COM EXPANSÃO E ADEQUAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU) E CENTRAIS DE REGULAÇÃO, ARTICULADA AS OUTRAS REDES DE ATENÇÃO

OBJETIVO Nº 2.1 - Implementação da rede de atenção as Urgências (SAMU USA, SAMU BÁSICO)

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada
1. Qualificar a rede de urgência do SAMU BÁSICO	% atendimento	Percentual	2017	50,00	80,00	50	Percentual	50	100,00

DIRETRIZ Nº 3 - APRIMORAR AS AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA AS POLÍTICAS DE SAÚDE ESPECÍFICAS COMO: SAÚDE DA MULHER, SAÚDE DO HOMEM, SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E SAÚDE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

OBJETIVO Nº 3.1 - Implementar e qualificar a Política de Atenção à Saúde da Mulher

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada
1. Qualificar e ampliar a política de atenção a saúde da mulher	UBS com a política ampliada	Percentual	2017	100,00	100,00	100	Percentual	70	70,00

OBJETIVO Nº 3.2 - Organizar a Rede de Atenção a Saúde Materna e infantil para garantir acesso, acolhimento e resolutividade

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada
1. Implementar a Política de Atenção à Saúde Materna e infantil	UBS com a política implementada	Percentual	2017	100,00	100,00	100	Percentual	100	100,00

OBJETIVO Nº 3.3 - Organizar uma rede de atenção a saúde do homem

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada
1. Implementar a Política de Atenção à Saúde do Homem	UBS com a política implementada	Percentual	2017	50,00	100,00	50	Percentual	50	100,00

OBJETIVO Nº 3.4 - Implementar a política de saúde voltada para pessoas com deficiência

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada
1. Garantir a atenção às pessoas com deficiência	UBS com a política garantida	Percentual	2017	30,00	70,00	30	Percentual	10	33,33

DIRETRIZ Nº 4 - FORTALECIMENTO DA REDE DE SAÚDE MENTAL, COM ÊNFASE NO ENFRENTAMENTO DA DEPENDÊNCIA DE CRACK E OUTRAS DROGAS.

OBJETIVO Nº 4.1 - Ampliar o acesso a atenção Psicossocial da população em geral, de forma articulada com os demais pontos de atenção em saúde e outros pontos intersetoriais

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada
1. Implementar a rede de atenção psicossocial visando qualificar a assistência integral a saúde mental	Rede de atenção psicossocial implementada	Percentual	2017	50,00	100,00	50	Percentual	10	20,00

DIRETRIZ Nº 5 - GARANTIA DA ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE DA PESSOA IDOSA E DOS PORTADORES DE DOENÇAS CRÔNICAS, COM ESTÍMULO AO ENVELHECIMENTO ATIVO E FORTALECIMENTO DAS AÇÕES E PROMOÇÃO E PREVENÇÃO.

OBJETIVO Nº 5.1 - Melhorar as condições de Saúde do idoso e portadores de doenças crônicas, com estímulo ao envelhecimento ativo e fortalecimento das ações e promoção e prevenção

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada
1. Implementar a Política de Atenção à Saúde do Idoso	Política implementada	Percentual	2017	50,00	100,00	50	Percentual	50	100,00

DIRETRIZ Nº 6 - IMPLEMENTAR A VIGILÂNCIA EM SAÚDE ATRAVÉS DA INTEGRAÇÃO DAS VIGILÂNCIAS EPIDEMIOLÓGICA, SANITÁRIA, AMBIENTAL E EM SAÚDE DO TRABALHADOR, ARTICULANDO-SE EM UM CONJUNTO DE AÇÕES QUE BUSCAM AMPLIAR A CAPACIDADE DE ANÁLISE SITUACIONAL DE SAÚDE, BEM COMO O CONTROLE DE DOENÇAS EM ELIMINAÇÃO QUE APRESENTAM INDICADORES INACEITÁVEIS

OBJETIVO Nº 6.1 - Redução dos riscos e agravos a saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância sanitária

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada
1. Fortalecer as ações de promoção e prevenção de Vigilância Sanitária	Ações de promoção e prevenção fortalecidas	Percentual	2017	70,00	100,00	70	Percentual	70	100,00

OBJETIVO Nº 6.2 - Monitorar de forma contínua os fatores determinantes e condicionantes da saúde individual e coletiva, bem como o comportamento dos principais indicadores de saúde, a fim de fortalecer as ações de prevenção e controle das doenças, agravos e eventos inusitados à saúde

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada
1. Fortalecer o Sistema Municipal de Vigilância	Sistema de Vigilância estruturado	Percentual	2017	50,00	100,00	50	Percentual	50	100,00

OBJETIVO Nº 6.3 - Identificar os fatores de risco ambientais relacionados às doenças, agravos e eventos inusitados à saúde, a fim de estabelecer as medidas de prevenção e controle

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada
1. Estruturar e fortalecer as ações de promoção e prevenção de Vigilância Ambiental	Ações de promoção e prevenção da Vigilância ambiental estruturadas	Percentual	2017	50,00	100,00	50	Percentual	50	100,00

OBJETIVO Nº 6.4 - Implantar a política de Saúde do trabalhador

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada
1. Implantar a saúde do trabalhador	Política implantada	Percentual	2017	30,00	80,00	30	Percentual	30	100,00

OBJETIVO Nº 6.5 - Reduzir a carga de doença ou eliminar, enquanto problema de saúde pública, as doenças transmissíveis prioritárias que apresentam indicadores inaceitáveis para o município em articulação com a atenção primária em saúde

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada
1. Fortalecer as ações de controle de doenças em eliminação	% Casos notificados	Percentual	2017	60,00	100,00	60	Percentual	60	100,00

OBJETIVO N° 6.6 - Ampliar ações para fomento da política de promoção da saúde

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada
1. Garantia de cobertura vacinal conforme metas e campanhas	Cobertura vacinal alcançada	Percentual		100,00	100,00	100	Percentual	100	100,00

OBJETIVO N° 6.7 - Implementar as ações de prevenção de DST/AIDS

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada
1. Fortalecer as ações de prevenção e promoção de saúde no combate a IST/AIDS	% de casos notificados	Percentual	2017	50,00	100,00	50	Percentual	60	120,00

DIRETRIZ N° 7 - GARANTIA DO ACESSO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO ÂMBITO DO SUS

OBJETIVO N° 7.1 - Implementar a Política de Assistência Farmacêutica, padronizando e definindo o elenco de medicamentos utilizados na atenção primária e média complexidade, otimizando o processo de aquisição e dispensação

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada
1. Implementar a Política da Assistência Farmacêutica	Política implementada	Percentual	2017	60,00	100,00	50	Percentual	60	120,00

DIRETRIZ N° 8 - CONTRIBUIÇÃO A ADEQUADA, FORMAÇÃO, ALOCAÇÃO, QUALIFICAÇÃO, VALORIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DO TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

OBJETIVO N° 8.1 - Investir em qualificação e fixação de profissionais para o SUS.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada
1. Implementar ações de educação permanente para qualificação das redes de atenção pactuadas	N° de Educação permanente realizada	Número	2017	0	400	1	Número	0	0

OBJETIVO N° 8.2 - Desenvolver estratégias para fixação dos profissionais no SUS.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada
1. Implementar a Política de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde	Política implementada	Percentual	2017	70,00	100,00	70	Percentual	20	28,57

DIRETRIZ Nº 9 - IMPLEMENTAR O NOVO MODELO DE GESTÃO E INSTRUMENTOS DE RELAÇÃO FEDERATIVA, COM CENTRALIDADE NA GARANTIA DO ACESSO, GESTÃO PARTICIPATIVA COM FOCO EM RESULTADOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E FINANCIAMENTO ESTÁVEL

OBJETIVO Nº 9.1 - Fortalecer os vínculos do cidadão, conselheiros de saúde, lideranças de movimento sociais, agentes comunitários de saúde, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada
1. Aprimorar o Controle Social e processos de participação social com as representatividades garantindo a paridade	Controle Social participativo e paritário	Percentual	2017	100,00	100,00	100	Percentual	80	80,00

DIRETRIZ Nº 10 - QUALIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO DIRETA, COM GERAÇÃO DE GANHOS DE PRODUTIVIDADE E EFICIÊNCIA PARA O SUS

OBJETIVO Nº 10.1 - Qualificar os instrumentos de execução direta, com geração de ganhos de produtividade e eficiência para o SUS

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2018-2021)	Meta 2018	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada
1. Fortalecer a Gestão de Saúde Municipal	Gestão Municipal Fortalecida	Percentual	2017	70,00	100,00	70	Percentual	50	71,43

Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção

Subfunções da Saúde	Descrição das Metas por Subfunção	Meta programada para o exercício
122 - Administração Geral	Implementar ações de educação permanente para qualificação das redes de atenção pactuadas	1
	Implementar a Política de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde	20,00
	Aprimorar o Controle Social e processos de participação social com as representatividades garantindo a paridade	80,00
	Fortalecer a Gestão de Saúde Municipal	50,00
301 - Atenção Básica	Expandir, reestruturar e qualificar a rede primária de saúde	50,00
	garantia acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da saúde bucal.	80,00
	Qualificar e ampliar a política de atenção a saúde da mulher	70,00
	Implementar a Política de Atenção à Saúde Materna e infantil	100,00
	Implementar a Política de Atenção à Saúde do Homem	50,00
	Garantir a atenção às pessoas com deficiência	10,00
	Implementar a rede de atenção psicossocial visando qualificar a assistência integral a saúde mental	10,00
	Implementar a Política de Atenção à Saúde do Idoso	50,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Ampliar e qualificar a rede especializada de saúde, garantindo a oferta de consultas e exames especializados de forma descentralizada e resolutiva	50,00
	Qualificar a rede de urgência do SAMU BÁSICO	50,00

Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção		
Subfunções da Saúde	Descrição das Metas por Subfunção	Meta programada para o exercício
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Implementar a Política da Assistência Farmacêutica	50,00
304 - Vigilância Sanitária	Fortalecer as ações de promoção e prevenção de Vigilância Sanitária	70,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Fortalecer o Sistema Municipal de Vigilância	50,00
	Estruturar e fortalecer as ações de promoção e prevenção de Vigilância Ambiental	50,00
	Implantar a saúde do trabalhador	30,00
	Fortalecer as ações de controle de doenças em eliminação	60,00
	Garantia de cobertura vacinal conforme metas e campanhas	100,00
	Fortalecer as ações de prevenção e promoção de saúde no combate a IST/AIDS	60,00

Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Natureza e Fonte										
Subfunções da Saúde	Natureza da Despesa	Recursos ordinários - Fonte Livre (R\$)	Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R\$)	Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R\$)	Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R\$)	Transferências de convênios destinados à Saúde (R\$)	Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R\$)	Royalties do petróleo destinados à Saúde (R\$)	Outros recursos destinados à Saúde (R\$)	Total(R\$)
0 - Informações Complementares	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
122 - Administração Geral	Corrente	202.778,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	202.778,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
301 - Atenção Básica	Corrente	1.207.932,56	N/A	1.779.558,14	N/A	1.850.909,89	N/A	N/A	N/A	4.838.400,59
	Capital	N/A	N/A	25.055,66	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	25.055,66
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	2.211.813,00	N/A	48.910,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	2.260.723,00
	Capital	17.916,00	N/A	500,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	18.416,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	N/A	N/A	6.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	6.000,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	N/A	N/A	24.575,06	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	24.575,06
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	N/A	N/A	160.100,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	160.100,00
	Capital	N/A	N/A	1.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	1.000,00
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 28/10/2022.

- Análises e Considerações sobre Programação Anual de Saúde - PAS

As metas obtiveram um desempenho satisfatório. As não alcançadas serão reprogramadas para o exercício de 2019

8. Indicadores de Pactuação Interfederativa

N	Indicador	Tipo	Meta ano 2018	Resultado Anual	% alcançada da meta	Unidade de Medida
1	Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	U	18	18	0	Número
2	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	E	100,00	100,00	100,00	Percentual
3	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	U	85,00	94,00	110,00	Percentual
4	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada	U	100,00	100,00	100,00	Percentual
5	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	U	100,00	0,00	0	Percentual
6	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	U	100,00	100,00	100,00	Percentual
7	Número de Casos Autóctones de Malária	E	-	-	0	Número
8	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	U	3	2	33,00	Número
9	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	U	0	0	100,00	Número
10	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	U	50,00	44,27	88,00	Percentual
11	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	U	0,40	0,45	112,00	Razão
12	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	U	0,50	0,61	122,00	Razão
13	Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar	U	50,00	55,10	110,00	Percentual
14	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	U	20,00	18,37	10,00	Percentual
15	Taxa de mortalidade infantil	U	3	3	0	Número
16	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	U	0	0	100,00	Número
17	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	U	100,00	100,00	100,00	Percentual
18	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	U	80,00	81,35	101,00	Percentual
19	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	U	100,00	100,00	100,00	Percentual
20	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano	U	80,00	100,00	125,00	Percentual

21	Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	E	-	-	0	Percentual
22	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	U	4	6	150,00	Número
23	Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	U	100,00	100,00	100,00	Percentual

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 28/10/2022.

- Análises e Considerações sobre Indicadores de Pactuação Interfederativa

Desempenho satisfatório dos indicadores

9. Execução Orçamentária e Financeira

9.1. Execução da programação por fonte, subfunção e natureza da despesa

Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção									
Subfunções	Recursos Ordinários - Fonte Livre	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Transferências de Convênios destinadas à Saúde	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	Royalties do Petróleo destinados à Saúde	Outros Recursos Destinados à Saúde	TOTAL
Atenção Básica									
Corrente	0,00	2.220.818,07	2.029.837,22	0,00	2.055.863,64	0,00	0,00	0,00	6.306.518,93
Capital	0,00	247.095,00	0,00	0,00	313.356,30	0,00	0,00	0,00	560.451,30
Assistência Hospitalar e Ambulatorial									
Corrente	0,00	177.687,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	177.687,74
Capital	0,00	84.700,00	0,00	0,00	305,66	0,00	0,00	0,00	85.005,66
Suporte Profilático e Terapêutico									
Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária									
Corrente	0,00	0,00	126.868,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.868,32
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica									
Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição									
Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções									
Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	2.730.300,81	2.156.705,54	0,00	2.369.525,60	0,00	0,00	0,00	7.256.531,95
(*) ASPS: Ações e Serviços Públicos em Saúde									
2) Dados extraídos do Módulo de controle externo, conforme Art. 39, inc. V, LC 141/2012.									

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 13/08/2021.

9.2. Indicadores financeiros

Indicadores do Ente Federado		
Indicador		Transmissão
		Única
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Município	2,76 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	89,51 %

1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	14,26 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	99,87 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	25,09 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	49,05 %
2.1	Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante	R\$ 546,38
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	51,21 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	7,27 %
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	5,26 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	8,87 %
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	0,00 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	64,52 %
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012	15,87 %

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 13/08/2021.

9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b / a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.018.584,60	1.018.584,60	968.766,64	95,11
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	108.130,00	108.130,00	34.575,00	31,98
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	48.658,50	48.658,50	132.161,50	271,61
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	324.390,00	324.390,00	234.575,62	72,31
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	497.398,00	497.398,00	509.668,43	102,47
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.162,60	2.162,60	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	27.032,50	27.032,50	57.786,09	213,77
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	10.813,00	10.813,00	0,00	0,00
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	15.201.463,85	15.201.463,85	16.226.299,73	106,74
Cota-Parte FPM	11.208.763,60	11.208.763,60	12.238.972,19	109,19
Cota-Parte ITR	3.784,55	3.784,55	3.119,73	82,43
Cota-Parte IPVA	405.487,50	405.487,50	244.296,21	60,25
Cota-Parte ICMS	3.460.160,00	3.460.160,00	3.713.893,39	107,33
Cota-Parte IPI-Exportação	113.536,50	113.536,50	19.023,53	16,76
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	9.731,70	9.731,70	6.994,68	71,88
Desoneração ICMS (LC 87/96)	9.731,70	9.731,70	6.994,68	71,88

Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	16.220.048,45	16.220.048,45	17.195.066,37	106,01

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d / c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	3.476.379,50	3.476.379,50	4.715.935,46	135,66
Provenientes da União	3.422.314,50	3.422.314,50	4.715.935,46	137,80
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	54.065,00	54.065,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	3.476.379,50	3.476.379,50	4.715.935,46	135,66

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas Até o Bimestre (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)	% (f+g)/e
DESPESAS CORRENTES	6.693.133,26	6.693.133,26	6.611.074,99	78.078,59	99,94
Pessoal e Encargos Sociais	3.768.865,26	3.768.865,26	3.766.765,17	0,00	99,94
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.924.268,00	2.924.268,00	2.844.309,82	78.078,59	99,94
DESPESAS DE CAPITAL	649.292,00	649.292,00	645.456,96	3.450,50	99,94
Investimentos	649.292,00	649.292,00	645.456,96	3.450,50	99,94
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	7.342.425,26	7.342.425,26		7.338.061,04	99,94

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas Até o Bimestre (h)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (i)	% [(h+i) / IV(f+g)]
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A	4.562.549,26	4.526.231,14	32.818,76	62,13
Recursos de Transferências Sistema Único de Saúde - SUS	N/A	2.170.739,26	2.156.705,54	12.535,44	29,56
Recursos de Operações de Crédito	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros Recursos	N/A	2.391.810,00	2.369.525,60	20.283,32	32,57
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	N/A	N/A	N/A	48.710,33	
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		N/A		4.607.760,23	62,79

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [(IV(f+g)-V(h+i))]		N/A		2.730.300,81	
--	--	------------	--	---------------------	--

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = [VI(h+i) / IIIb x 100] - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%⁴	15,88
---	--------------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h+i)-(15*IIIb)/100]	151.040,86
---	-------------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2018	0,00	N/A	N/A	N/A	0,00
Inscritos em 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24,§ 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2017	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2016	219.035,46	0,00	219.035,46
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	219.035,46	0,00	219.035,46

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		
			Liquidadas Até o Bimestre (l)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (m)	% [(l+m) / total(l+m)]x100
Atenção Básica	6.938.017,26	6.938.017,26	6.866.970,23	67.808,02	94,50
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	276.290,00	276.290,00	262.693,40	12.971,07	3,76
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	127.738,00	127.738,00	126.868,32	750,00	1,74
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	380,00	380,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	7.342.425,26	7.342.425,26		7.338.061,04	100,00

FONTE: SIOPS, Pernambuco20/02/19 12:34:48

1 - Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 - O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 - O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 - Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012

5 - Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012

6 - No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V1(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$.

9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2018 (Fonte: FNS)	Valor Executado
	1012220154525 - APOIO A MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE	R\$ 1.200.000,00	4429704,5
	1012220154525 - APOIO A MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE	R\$ 400.000,00	400000,00
	103012015219A - PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	R\$ 2.037.265,71	2037265,7

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2018 (Fonte: FNS)	Valor Executado
CUSTEIO	1030220158585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	R\$ 385.318,42	262693,40
	10303201520AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	R\$ 68.039,73	0,00
	10304201520AB - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R\$ 12.000,00	0,00
	10305201520AL - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R\$ 106.637,86	126868,32
	10845090300QR - APOIO FINANCEIRO PELA UNIÃO AOS ENTES FEDERATIVOS QUE RECEBEM O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	R\$ 120.350,12	0,00
	CÓD. NÃO INFORMADO - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DA REDE CEGONHA	R\$ 168,00	0,00
	CÓD. NÃO INFORMADO - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	R\$ 47.518,72	0,00
	CÓD. NÃO INFORMADO - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM SAÚDE	R\$ 12.000,00	0,00
	CÓD. NÃO INFORMADO - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R\$ 7.375,23	0,00
	CÓD. NÃO INFORMADO - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R\$ 1.000,00	0,00
	CÓD. NÃO INFORMADO - PISO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	R\$ 131.464,00	0,00
	CÓD. NÃO INFORMADO - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	R\$ 6.185,43	0,00
INVESTIMENTO	1030120158581 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE	R\$ 424.915,00	424915,00
	1030220158535 - ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	R\$ 162.303,00	162303,00

Fonte: Fundo Nacional de Saúde (FNS)

1 – Os valores pagos em outro exercício fiscal mesmo tendo sua memória de cálculo e ano anterior, não estarão sendo computados para aquela prestação de contas.

2 – Para efeitos de despesa executada deve ser considerada a despesa empenhada no exercício fiscal.

• Análises e Considerações sobre Execução Orçamentária e Financeira

Analisando o relatório pertinente ao Demonstrativo Orçamentário da Receita, conclui-se que do total da Receita arrecadada para apuração da aplicação em ações e serviços públicos de saúde no Município de Chã de Alegria em 2018 foi de R\$ 17.195.066,37, sendo a parcela de R\$ 4.715.935,46 repassada a título de transferência de outras esferas de Governo para a Saúde referente ao SUS e de outras receitas vinculadas ao SUS. Verificando o relatório de Despesas com Saúde, observou-se que do total executado no valor de R\$ 7.338.061,04, foi aplicado em despesas correntes o montante de R\$ 6.611.074,99. Do total das despesas com saúde 51,21% foram despesas de Pessoal e Encargos e foi destinada a despesa de capital, ou seja, referente à aquisição de bens de capital ou equipamentos necessários ao funcionamento das Unidades de Saúde, o valor de R\$ 645.456,96 equivalente a 8,87%.

Analisando o relatório pertinente as despesas próprias com ações e serviços públicos de saúde, conclui-se que do total arrecadado com Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais, foram aplicados R\$ 2.730.300,81 em ações e serviços públicos de saúde, com recursos próprios, representando, portanto, um percentual de 15,88%, uma diferença a maior de R\$ 151.040,86

PROPOSTAS APRESENTADAS FNS

Nº Proposta	Nº PORTARIA	DATA PORTARIA	TIPO	VALOR PROPOSTA	SITUAÇÃO PROPOSTA
12397007000118001	3362	19/10/2018	EQUIPAMENTO	82.303,00	Proposta Paga
12397007000118002	4065	20/12/2018	EQUIPAMENTO	199.100,00	Proposta Paga
36000202714201800	1814	27/06/2018	INCREMENTO MAC	400.000,00	Proposta Paga
36000202715201800	1745	15/06/2018	INCREMENTO PAB	800.000,00	Proposta Paga
36000216987201800	2707	31/08/2018	INCREMENTO PAB	200.000,00	Proposta Paga
36000236935201800	3972	20/12/2018	INCREMENTO PAB	200.000,00	Proposta Paga
36000237446201800	4137	24/12/2018	INCREMENTO PAB	200.000,00	Proposta Paga

10. Auditorias

Não há informações cadastradas para o período das Auditorias.

Fonte: Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS)

Data da consulta: 28/10/2022.

Outras Auditorias

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online

Data da consulta: 28/10/2022.

- Análises e Considerações sobre Auditorias

Não implantado o componente Municipal de Auditoria

11. Análises e Considerações Gerais

O Relatório Anual de Gestão, RAG 2018 contém o resultado dos esforços empreendidos no exercício de 2018, com vistas a um Sistema Único de Saúde mais humanizado e digno, que permita ao usuário um atendimento oportuno, com resposta satisfatória em tempo e local apropriados. Mesmo enfrentando problemas de várias naturezas, os números sinalizam avanços, que deverão ser perseguidos nos anos seguintes com planejamento ascendente e integrados.

12. Recomendações para o Próximo Exercício

- Análises e Considerações sobre Recomendações para o Próximo Exercício

Neste Relatório, apresentamos o desempenho quantitativo e qualitativo dos processos de trabalho desenvolvidos por esta Secretaria Municipal de Saúde. A reflexão sobre a avaliação dos resultados dos indicadores e das ações servirá de base para a discussão sobre a estratégia de superação das metas para o ano de 2019, bem como para a formulação de revisão do Plano Municipal e, por conseguinte os demais instrumentos que se integram a esse, como o PPA, a LDO a LOA e a PAS.

ANDRELLY CAROLINE MORAIS DE LIRA MASSENA
Secretário(a) de Saúde
CHÃ DE ALEGRIA/PE, 2018

Parecer do Conselho de Saúde

Identificação

- Considerações:
SEM CONSIDERAÇÕES

Introdução

- Considerações:
SEM CONSIDERAÇÕES

Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- Considerações:
SEM CONSIDERAÇÕES

Dados da Produção de Serviços no SUS

- Considerações:
SEM CONSIDERAÇÕES

Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- Considerações:
SEM CONSIDERAÇÕES

Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

- Considerações:
SEM CONSIDERAÇÕES

Programação Anual de Saúde - PAS

- Considerações:
SEM CONSIDERAÇÕES

Indicadores de Pactuação Interfederativa

- Considerações:
SEM CONSIDERAÇÕES

Execução Orçamentária e Financeira

- Considerações:
SEM CONSIDERAÇÕES

Auditorias

- Considerações:
SEM CONSIDERAÇÕES

Análises e Considerações Gerais

- Parecer do Conselho de Saúde:
SEM CONSIDERAÇÕES

Recomendações para o Próximo Exercício

- Considerações:
SEM CONSIDERAÇÕES

Status do Parecer: Aprovado

CHÃ DE ALEGRIA/PE, 28 de Outubro de 2022

Conselho Municipal de Saúde de Chã De Alegria